

SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA LEITURA POSSÍVEL A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Felipe Baunilha Tomé de Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro
felipebaunilha@yahoo.com.br

Carlos Frederico B. Loureiro - Professor Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro
floureiro@openlink.com.br

INTRODUÇÃO

É notório no Brasil e no mundo o crescimento das pesquisas, políticas públicas e trabalhos desenvolvidos pelas universidades, por governos e as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) no campo da Educação Ambiental (Loureiro, 2006b). As lutas ocorridas na década de 1980 pela redemocratização do país deram um novo significado a conceitos como cidadania, democracia e desenvolvimento. E no escopo dessas lutas, dentre tantas outras temáticas, o tema da Educação Ambiental (EA) ganhou fôlego no embate ao modelo societário expropriador e excludente imposto pelo modo de produção capitalista. Várias foram as organizações que começaram a desenvolver práticas auto intituladas “sustentáveis”, que inseriram o tema ‘ambiental’ como um dos focos prioritários para atuar. Estas organizações vão desde grupos de bairro, passando por organizações religiosas, movimentos sociais e também fundações empresariais. É amplo o leque de origem e as propostas de tais organizações bem como a abordagem que utilizam para compreender o debate sobre a chamada crise ambiental¹. Em meio ao indefinido rumo que tomaria a história recente do Brasil frente às transformações ocorridas na década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar e as grandes lutas por direitos sociais, políticos e econômicos, este “tipo” de organização, conhecido como “sociedade civil organizada” ou como “terceiro setor”, ganhou o centro dos debates sobre formas de organização societárias, sobre formas de se estabelecer a democracia, sobre qual deve ser a relação entre Estado e Sociedade Civil. A EA se tornou foco essencial de atuação para estas organizações dado a centralidade da exploração dos recursos naturais nos países de capitalismo dependente como o Brasil, inseridos na economia internacional como exportador de *commodities*. Por isso a importância de estudar seu desenvolvimento por parte dos governos, empresas e ONGs.

O objetivo deste artigo, que retrata parte de minha pesquisa de mestrado (LIMA, 2013), é apresentar uma leitura sobre as relações entre o fortalecimento da Educação Ambiental e às organizações que atuam na sociedade civil no Brasil.

METODOLOGIA

Para atingirmos nosso objetivo realizamos uma revisão de literatura sobre o tema a partir da Educação Ambiental Crítica proposta por Loureiro (2009a). Em se

¹ Foladori (2001) nos chama atenção para as várias acepções do termo “crise ambiental”, muitas vezes relativizando as causas da “crise”. Criticando concepções vagas como “a crise ambiental é gerada pela sociedade industrial” o autor procura deixar claro a primazia das “relações sociais (no caso as capitalistas), e não da indústria em geral,” na geração da crise ambiental contemporânea.

tratando de bases teórico-metodológicas da EA autores como Carvalho (2006), Loureiro (2009b) e Layrargues & Lima (2010) nos alertam um alto grau de heterogeneidade, podendo incluir intelectuais, educadores e movimentos sociais de filiações ideológicas diferenciadas. Portanto as ações de EA das organizações que atuam na sociedade civil merecem ser analisadas a partir de uma perspectiva crítica, indagando seus pressupostos teóricos, sua forma de organização, sua função social e seus objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção da EA no cenário político brasileiro está vinculada de certo modo ao crescimento do movimento ambientalista e às políticas governamentais que impulsionaram o debate ainda na década de 1970. A EA tem suas origens a partir do debate ambientalista e ecológico com muitas tensões para inserir-se no debate educacional. Loureiro (2009a) afirma que o movimento ambientalista ganha caráter público e social efetivo no Brasil apenas no início da década de 1980, com raras exceções no Rio Grande do Sul. É importante fazer uma consideração acerca do que se compreende por movimento ambientalista e as lutas sociais brasileiras.

No campo das movimentações sociais em torno da questão ambiental consideramos em geral o conjunto das lutas surgidas na década de 1970, críticas ao modelo de desenvolvimento industrial ou questionadoras, de modo abstrato, da relação entre um ser humano ideal e o meio ambiente também ideal. É bem verdade que estas referências são obtidas das grandes manifestações estudantis, feministas, etc., de modo geral das manifestações da juventude europeia e americana das décadas de 1960 e 1970². Mas se entendermos a chamada “questão ambiental” de maneira mais ampla veremos que no Brasil existiam movimentos organizados a pelo menos 50 anos³, desenvolvendo lutas sociais anti sistêmicas. Estas lutas são ecológicas pois defendem e promovem outras formas de relações sociais e de relações com a natureza. É o caso das lutas camponesas por terra (reforma agrária) no nordeste brasileiro. Tais lutas não se enquadram no que costumamos chamar de ambiental e também não apresentavam uma perspectiva “preocupada”

² Obviamente que houve manifestações juvenis no mesmo período em diversas partes do mundo, contra as guerras, contra o racismo, etc. Mas o centro ou o foco das manifestações se concentravam nos países capitalistas centrais.

³ Aqui consideramos apenas o movimento camponês e dos povos originários dos anos mais recentes mas temos clareza de que a organização desses trabalhadores data de mais tempo com formas variadas.

com o meio ambiente nos termos comumente utilizados. Mas se tomarmos como referência que um dos princípios do debate ambiental é a preservação do meio ambiente entendendo o homem como parte constitutiva deste e que a apropriação dos recursos naturais deve ser comum a todos estas lutas devem ser consideradas como relacionadas à questão ambiental. Assim como as lutas dos povos originários para manter a posse de seu território e a luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas⁴ ou das populações atingidas por barragens por seus direitos. Alier (2007) classifica estas lutas como parte de uma corrente do movimento ecológico, o ecologismo dos pobres, e afirma que

"o eixo principal desta corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje." (pág. 34)

Para o autor estas são manifestações sociais em resposta a apropriação capitalista dos recursos naturais no países chamados de terceiro mundo. Enquanto a exploração dos recursos naturais diminui, por opção ou escassez, nos países de capitalismo desenvolvido aumenta nos países de capitalismo dependente, nos países do sul do planeta.

No que se refere as tendências hegemônicas⁵ da EA é uma opção teórica compreende-la desvinculada das grandes lutas sociais e da recusa aos padrões de acumulação econômica. Esta opção pode ser claramente observada nas análises das vertentes conservadoras e pragmáticas da EA. Segundo Loureiro (2009a) "este tipo de entendimento simplificado conduziu a um posicionamento fortemente contrario de sindicatos de trabalhadores e de movimentos sociais populares às propostas *verdes* no Brasil até a década de noventa".

A entrada da EA nos meios acadêmicos e governamentais se deu com forte sentido tecnicista, voltada para resoluções de problemas e mudança de comportamentos. A falta de percepção da EA como processo educativo produziu uma prática descontextualizada, voltada para solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação (Loureiro, *op. cit.*). Provavelmente a aceitação popular da EA tenha sido

⁴ Sobre a luta do movimento seringueiro ver Cunha (2010).

⁵ Por tendências hegemônicas compreendemos as categorizadas por Layrargues & Lima (2011) como vertente conservadora e vertente pragmática.

reflexo dessa inserção, pois como demonstra a obra de Crespo (1998 *apud* Loureiro, 2009b) em pesquisas nacionais realizadas durante os anos 90 ela têm a aprovação de 95% dos brasileiros. Essa aprovação, segundo a pesquisa, refere-se ao desejo dos entrevistados em ver a EA como obrigatória nas escolas, entendida como instrumento de mudança das pessoas em seus hábitos e comportamentos no ambiente. Este resultado só reforça a tese idealista de que o problema da humanidade é a falta de educação.

A construção das políticas de EA no Brasil se deu concomitante ao processo de reforma gerencial do Estado brasileiro. Apesar de já ter sido incorporada na legislação brasileira através da Constituição de 1988 (Capítulo IV, art. 225, § 1, no VI) a construção efetiva dessas políticas foi impulsionada tanto por pressões de organizações em torno do tema mas principalmente pela realização da Rio 92⁶ (ou Eco 92) levando o governo federal a produzir documentos e programas que englobassem a EA. Foi em 1992 também que foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ano em que o MEC e o IBAMA reforçaram ou criaram aparatos institucionais para tratar do tema (Matos, 2009). No mesmo ano de publicação do Programa Nacional de Educação Ambiental, 1994, começa a ser discutido o plano diretor da reforma do Estado no Brasil, a conhecida Reforma Gerencial do Estado. Em 1997 houve a I Conferencia Nacional de Educação Ambiental e a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que incluíram a temática ambiental como tema transversal na educação escolar. Em 1999 é aprovada a lei federal nº 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental. Apesar de ter sido aprovada em 1999 a lei só foi regulamentada em 2002 pelo decreto nº 4281/02.

Todo esse processo teve intensa participação e influência de organizações que atuam na sociedade civil, tanto das ligadas aos movimentos sociais populares, das mais ligadas aos setores empresariais quanto das mais vinculadas a um discurso conservacionista. Durante toda a década de 1990 importantes organizações empresariais, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais começaram a atuar de forma mais organizada na formulação de propostas de intervenção social e na questão ambiental.

Lamosa (2011) cita duas organizações no campo empresarial criadas no período para cumprir o papel de articuladoras das propostas empresariais para a

⁶ Conferência Intergovernamental sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro.

implementação de programas de responsabilidade social: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS). Segundo o autor “organizações como o GIFE e Ethos desenvolveram uma grande estratégia política visando organizar as classes dominantes e mobilizar toda sociedade em torno dos preceitos ideológicos da responsabilidade social⁷”.

Grandes organizações que atuam na sociedade civil e trabalham com a temática ambiental também surgiram nesse período a exemplo do Instituto Ecoar para a Cidadania, da SOS Mata Atlântica e da AS-PTA. Dentre elas há uma diferenciação de suas vinculações com outras organizações e entre seus propósitos. A SOS Mata Atlântica apresenta um perfil conservacionista atuando diretamente na gestão ambiental e em alguns casos gerindo as políticas ambientais, com vinculações com o empresariado brasileiro e internacional. O Instituto Ecoar para a Cidadania apresenta um perfil mais pragmático, buscando soluções para problemas ambientais imediatos sem uma reflexão mais profunda sobre as razões ou superação desses problemas, a não ser de forma bastante genérica, tratando os problemas sociais de forma mais discursiva do que material, e presta assessoria para empresas melhorarem seus produtos e sua imagem perante consumidores. E a AS-PTA é uma organização ligada aos movimentos sociais do campo que promove ações e assessoria técnica para o desenvolvimento de práticas agroecológicas na agricultura familiar.

Podemos também incluir na conceituação de organização que atua na sociedade civil a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), rede de redes de EA constituída no início da década de 1990. Talvez a REBEA seja a mais influente na formulação de políticas públicas de EA dada a composição de seus membros, que vão desde educadores de base até integrantes dos quadros governamentais. Alguns desses ocuparam posições estratégicas no Estado e em grandes ONGs, sendo um veículo de difusão do ideário da ‘terceira via’, um aparelho privado de hegemonia instrumental a manutenção do capitalismo.

Matos (2009) descreve o processo de constituição da REBEA a partir do II

⁷ Montañó (2010) evidencia que a chamada responsabilidade social não passa de artifício utilizado por empresas para obter vantagens econômicas, seja pela isenção fiscal ou pela melhora da imagem da empresa frente aos consumidores, numa tentativa de escamotear sua ação exploratória do Trabalho e dos recursos naturais.

Fórum de Educação Ambiental⁸ e de sua intrínseca ligação com o poder público na organização dos Fóruns de Educação Ambiental. A REBEA, consolidada a partir do III Fórum de Educação Ambiental, passou a ser responsável pela organização dos Fóruns. Importante frisar que, de acordo com estudo realizado por Labrea (2009), a REBEA, apesar de difundir a idéia de que é uma rede horizontal onde todos podem participar e decidir, na prática vive uma dualidade entre os que aderem a rede sem problematização e os que comandam a rede, decidem por ela. Ao fazer a crítica aos movimentos sociais e sindicatos como formas ultrapassadas de mobilização e organização o grupo denominado de Facilitação Nacional (uma espécie de coordenação da REBEA) escamoteia o debate e institui ao mesmo tempo uma forma própria de organização, mais ligada às lógicas do mercado capitalista e ao Estado. Ou seja, por fazer uma opção de não restringir sujeitos de nenhum segmento social, mercado, movimentos sociais ou Estado, a REBEA se distanciou cada vez mais das lutas sociais, aderindo a uma lógica pragmática e se tornando uma espécie de correia de transmissão das políticas dos governos.

No campo dos movimentos sociais a década de 1990 foi especialmente contraditória. Ao passo que as grandes mobilizações urbanas, seja por moradia ou por direitos sociais ligados a prestação de serviços públicos, diminuía os movimentos sociais do campo ganhavam força de mobilização. Talvez os mais pujantes sejam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou os que mobilizaram mais pessoas em torno das causas socioambientais. Obviamente não foram os únicos movimentos surgidos ou intensificados neste período⁹.

Os impactos gerados pela exploração dos recursos naturais e pelo avanço do agronegócio no país acentuaram as massas de despossuídos que se puseram em movimento para cobrar direitos sociais. Esses movimentos deram novo ânimo à contestação do modelo de desenvolvimento baseado na exploração privada dos recursos naturais. A partir disto suas pautas começaram a se contrapor ao padrão dominante de exploração dos recursos naturais tanto na agricultura quanto na geração de energia.

⁸ Matos (2009) em seu trabalho analisa a importância dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, em especial o V, demonstrando a influência destes na constituição do campo da Educação Ambiental no Brasil.

⁹ Movimento dos Pequenos Agricultores, Articulação do Semiárido, movimento quilombola e os diversos movimentos chamados de “novos movimentos sociais”.

A incorporação das organizações que atuam na sociedade civil como promotoras legítimas de uma EA harmônica nas políticas ambientais pode ser considerada como parte constituinte da mudança proposta pela reforma do Estado brasileiro. Depois de aproximadamente 10 anos de maturação das formas jurídicas adequada para as organizações que atuam na sociedade civil realizarem parcerias com o Estado a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) às incorpora como parte *necessária* para sua implementação (Kaplan & Loureiro, 2010). Cabe ao poder público incentivar a formulação e execução da EA não-formal por parte destas organizações (Seção III, art. 13º, ponto II da PNEA, LEI N 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999).

Um dos problemas ocasionados por esta forma de implementação da EA é que em sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista as organizações que atuam na sociedade civil ligadas à empresas terão mais possibilidades financeiras, e conseqüentemente institucionais, para o desenvolvimento de projetos.

Lamosa (2010) estudou detalhadamente um desses casos: a inserção da EA na rede pública de ensino no município de Teresópolis. No estudo o autor constatou que a maior parte dos projetos de EA desenvolvidos na rede pública são promovidos por empresas. Esta promoção obviamente não é ingênua. Nos temas tratados, por uma questão lógica, as empresas não discutiram temas que enfrentassem diretamente sua ação predatória sobre as condições socioambientais na cidade. Implementam projetos que pretendem gerar uma “conscientização” individual sobre preservação dos recursos naturais. Para as empresas a EA tratada de forma pragmática ou conservadora é instrumental.

A formulação da necessidade de parceria com as organizações que atuam na sociedade civil, contida na PNEA, tem ampla aceitação entre os que promovem a EA, por uma suposta ineficiência do Estado e por sua essência opressora, ideais centrais do receituário da Reforma Gerencial do Estado brasileiro.

Loureiro (2009b) reforça a necessidade de construção de espaços e mecanismos de controle social do Estado, mas adverte que :

“não é o Estado como ente isolado que é fonte de opressão, mas sim este Estado moderno estruturado para atender e reproduzir a sociedade burguesa! Mas o Estado também não é monolítico, materializa, contraditoriamente, relações de força entre agentes sociais, e apresenta-se como aparelho de dominação e estrutura básica de organização da

sociedade contemporânea, universalizando, instituindo e legitimando determinadas formas econômicas e culturais produzidas na história. Logo, não pode ser simplesmente negado. Deve ser superado. E para isso é preciso ser exercido o controle social de seus instrumentos para que estes atendam ao interesse público e à construção do bem comum. Do contrário, o mesmo fica sob domínio exclusivo das forças conservadoras que buscam reproduzir a configuração social excludente e autorizar a liberalização da economia para atender aos interesses privados.” (pág. 19)

Acontece na EA, como nos demais embates envolvendo a relação entre as organizações que atuam na sociedade civil e o Estado/governo, o que Dagnino (2004) chama de confluência perversa. De um lado a proposta das classes dominantes da necessidade das organizações civis ou do chamado 'terceiro setor' se tornarem mais participativas, colocando-as como fonte do bem comum, em contraposição a um Estado burocrático e ineficiente. Esta proposta tenta enquadrar a sociedade civil como sinônimo de civilidade, de responsabilidade dos cidadãos, homogeneizando os sujeitos sociais. Do outro a proposta formulada a partir da década de 1980 por movimentos sociais, intelectuais progressistas, no escopo das lutas pela democratização do Estado, que necessita do controle social para que, minimamente, possa servir aos interesses da classe trabalhadora. Esta proposta não se limita a obtenção de direitos civis mas a conquista de direitos sociais universais (Gohn, 2008).

A falta de rigor no debate teórico - principalmente no que se refere às implicações sociais da adoção de certas premissas na construção de políticas públicas e na prática cotidiana da EA -, a grande ofensiva dos governos neoliberais da década de 1990 na reestruturação do Estado e a cooptação ideológica, exercida sobre as organizações que atuam na sociedade civil, desarmaram os trabalhadores de instrumentos de regulação social sobre as políticas públicas.

Num suposto discurso consensual a hegemonia neoliberal tem dominado as propostas progressistas materializada pela reforma do Estado e pela adesão cada vez maior destas últimas ao vocabulário e pressupostos epistêmicos da primeira. Na EA o resultado mais aparente foi o fortalecimento das propostas pragmáticas e conservadoras: importa mais o “fazer” como resolução de problemas imediatos do que o “refletir-fazer-lutar-refletir” para atuar nos conflitos ambientais de forma que a partir destes possa ser feita uma problematização da sociedade capitalista e construídas políticas e instituições públicas de caráter universal.

Loureiro (2009b) argumenta que o modo conservador e pragmático de

entender a EA, em contraposição ao Estado, tem efeitos drásticos para os setores progressistas e movimento sociais pois

“Faz com que esta tenha tornado prioridade estratégias e projetos que não fortalecem as instituições públicas. Não é casual que grande parte dos educadores e educadoras ambientais, em 2007, não entrou na discussão do desmembramento do IBAMA e destruição da educação ambiental que existia em sua estrutura organizacional desde 1992. Além disso, o campo passou muito tempo sem discutir porque a estrutura da educação ambiental no MEC e no MMA tem pouquíssimos servidores públicos.” (pág. 19)

E continua sua argumentação

“O público para se tornar público (e público remete ao que comum, e se é comum é igualitário e universal), exige entender e intervir na correlação de forças que materializam o papel do Estado na garantia do que é universal, igualitário, ou não... ou não, porque ele pode exatamente reproduzir o inverso, por seu caráter definidor da nação na modernidade – e no caso da sociedade de classes ele atende prioritariamente à reprodução da desigualdade...” (pág. 21)

Temas como a governança global, que pressupõe a manutenção do *status quo*, passam a cada vez mais entrar nos debates das organizações comprometidas com um 'capitalismo melhorado', comprometidas com a “domesticação” das lutas sociais para que trabalhadores e patrões “dialoguem” harmonicamente na busca de soluções. É o caso por exemplo da *vitae civilis*¹⁰ que assume como sua tarefa primordial “criar uma Sociedade Civil atuante na governança da sustentabilidade socioambiental nas esferas global, nacional e local”¹¹. Também como exemplo temos a Rede RENOVE¹² que tem como missão “promover a utilização de energias renováveis para fomentar o desenvolvimento sustentável através da integração com o terceiro setor e com os setores público e privado”, sem problematizar quem são os sujeitos ou corporações beneficiados com as grandes hidrelétricas .

Cada vez mais a luta popular foi perdendo lugar para as soluções técnicas, “ecológicas”, tidas como mais legítimas, como se a técnica fosse neutra, gerando uma crescente despolitização da EA e fortalecendo as propostas pragmáticas e conservadoras.

O caminho tomado pelos movimentos sociais que atuam diretamente com

¹⁰ Organização que participa de diversas redes e fóruns na Sociedade Civil e junto aos órgãos públicos e empresas privadas.

¹¹ <http://www.vitae civilis.org.br/> Acesso em 14/03/2012

¹² <http://www.renove.org.br/> Acesso em 14/03/2012

questões relacionadas à exploração de recursos naturais e a direitos dos trabalhadores foi o de criar suas próprias organizações para captação de recursos ou se aliar às organizações que ainda mantêm o perfil de atuação junto às lutas populares no sentido de fortalecê-las. Mesmo com as contradições geradas pela forte burocratização de alguns militantes que acabam se especializando em “captar recursos” estes movimentos tem conseguido utilizar deste padrão de financiamento para construir a formação política de seus integrantes e possibilitar uma intervenção mais qualificada nos espaços de interlocução com o Estado para a formulação de políticas públicas. Um bom exemplo destes espaços de formação política é a Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, que capacita milhares de militantes em temas como a reforma agrária, agroecologia e economia política.

Esta tem sido uma forma encontrada para tentar impor derrotas ao projeto do Capital, ou minimamente dificultar sua implementação. Seja pela intervenção direta nas políticas ambientais dificultando a expropriação dos recursos naturais por empresas privadas seja pela conquista de direitos sociais para as populações diretamente atingidas. Como resultado prático desse avanço ideológico dos movimentos sociais vemos as campanhas desenvolvidas que visam expor os problemas e conflitos ambientais ao conjunto da população, afim de “disputá-la” ideologicamente, e fazer enfrentamento direto às atrocidades promovidas pelas empresas, à exploração desenfreada que impõe ao conjunto da sociedade, muitas vezes subsidiadas pelo Estado. Exemplos dessas Campanhas desenvolvidas recentemente pelos movimentos sociais e algumas organizações ambientalistas: Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida; Campanha “O preço da luz é um roubo”; e Campanha Floresta Faz Diferença¹³. Várias são as iniciativas para pautar na sociedade outro modo de entender a realidade e combater a mercantilização de todos os bens públicos, inclusive o meio ambiente. Estas são fruto do amadurecimento dos movimentos sociais que entendem que precisam ter o apoio ativo do conjunto da população para poder se fortalecer na luta entre as classes, entre os projetos de sociedade, entre as visões de mundo.

Nestes casos, o movimento ambientalista é “empurrado” a aceitar e contribuir com o debate dos movimentos sociais. A própria forma de atuação, o amadurecimento destes movimentos sobre as formas de luta faz com que estes

¹³ Disponíveis em: www.agrotoxicomata.com.br; www.assembleiapopular.org.br; www.florestafazdiferenca.org.br

procurem hegemonizar sujeitos e organizações que não necessariamente tem uma base social definida. A organização dos explorados e espoliados para cobrar seus direitos escancara a realidade muitas vezes “esquecida” pelo movimento ambientalista e pelos educadores ambientais: a luta de classes, a desigualdade social.

Assim podemos considerar que o movimento social está à frente de muitas das organizações civis e educadores ambientais, pautando a prática destes, cobrando uma efetiva mudança social através da práxis. Abordando este tema Gonçalves (2002 *apud* Barbosa, 2008) aponta a importância de disputar os rumos do ambientalismo, para que este possa estar vinculado às lutas dos trabalhadores e dos que almejam a transformação social:

“o movimento ecológico, ao contrário dos movimentos operário, camponês, feminista, homossexual e negro, não tem um “corpo” enquanto condição social. Consta que não há para este movimento uma base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas, o que se constitui em uma diferença significativa, posto que este movimento é mais difuso. No entanto, o que poderia ser prejudicial se torna benéfico: Esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico. Ao contrário, é a fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo outro modo de vida, outra cultura. Chocam-se com valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados.” (pág. 51)

CONCLUSÃO

O que procuramos evidenciar com este artigo é que o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil, seja no plano institucional seja no tocante às formulações teóricas, está intrinsecamente ligada ao fortalecimento das organizações que atuam na sociedade civil. Para estas organizações também o conceito e as propostas de EA estão em disputa e sua vinculação com estes ou aqueles atores sociais é condicionante para o desenvolvimento de tais propostas. Obviamente que todas as organizações que atuam com EA na sociedade civil querem construir soluções para problemas socioambientais imediatos, mas, como bem demonstrado por Layrargues (1999), a partir disto pode-se adotar duas abordagens teórico-metodológicas: a resolução de problemas como atividade-fim, na perspectiva dos ecocapitalistas ambientalmente sustentáveis, ou como recurso pedagógico (“tema gerador”) para problematizar a sociedade em que vivemos, numa

perspectiva crítica e transformadora, em geral ligadas aos movimentos sociais populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

BARBOSA, G. L. O ambientalismo em Nova Iguaçu: políticas públicas e movimentos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Psicologia, 2008. Dissertação (mestrado).

CARVALHO, I. C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARQUES, P. P. & CASTRO, R. S. (Orgs.) Pensamento complexo, dialética e educação ambiental – 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, C. C. Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. UFRJ/Instituto de Psicologia – Rio de Janeiro, 2010. Tese (doutorado)

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, D. (Org.): Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, PP. 95-110, 2004.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 5, p. 117, 2001.

GOHN, M. G. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias – 2ª ed. - São Paulo, Cortez, 2008.

KAPLAN, L. & LOUREIRO, C. F. B. Concepções de Estado e Sociedade Civil institucionalizadas e políticas públicas de educação ambiental: um estudo de caso a partir de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente. Sustentabilidade em Debate – Brasília, v. 2, n. 2, p. 99-114, jul/dez 2011.

LABREA, V.C.V. A “VANGUARDA QUE SE AUTO-ANULA” OU A ILUSÃO NECESSÁRIA: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Dissertação (mestrado).

LAMOSA, R. A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2010. Dissertação (mestrado).

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A editora, p. 131-148. 1999.

_____. & LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. VI EPEA, Ribeirão Preto, SP, 2011.

LIMA, F.B.T. Educação Ambiental em João Pessoa: um estudo sobre as organizações que atuam na sociedade civil. Faculdade de Educação - UFRJ. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (mestrado)

LOUREIRO, C.F.B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARQUES, P. P. & CASTRO, R. S. (Orgs.) – 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2006(b).

_____. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009(a).

_____. Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas: problematizando os caminhos da educação ambiental. Ambiente & Educação, vol. 14. p. 11-22. 2009(b).

MATOS. M. C. F. G. Panorama da educação ambiental brasileira a partir do v Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2009. Dissertação (mestrado)

MONTAÑO C.. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Legislação

Brasil. Constituição Federal, Brasília, 1988

Brasil. Lei nº 9.637, Brasília, 1998

Brasil. Lei nº 9.790, Brasília, 1999

Brasil. Lei nº 9.795, Brasília, 1999

Brasil. Decreto nº 4.281, Brasília, 2002

Lei Complementar 029/2002 – Código do Meio Ambiente